

**REFLEXÕES SOBRE A IMPORTÂNCIA DA
GEOGRAFIA CRÍTICA NA FORMAÇÃO DO ATOR
ATIVO, CONSCIENTE E CRÍTICO PARA A
COMPREENSÃO DOS ESPAÇOS QUE FREQUENTAM
E HABITAM**

*REFLECTIONS ON THE IMPORTANCE OF CRITICAL GEOGRAPHY IN THE
TRAINING OF ACTIVE, AWARE AND CRITICAL ACTORS TO UNDERSTAND THE
SPACES THEY FREQUENT AND INHABIT*

*REFLEXIONES SOBRE LA IMPORTANCIA DE LA GEOGRAFÍA CRÍTICA EN LA
FORMACIÓN DE UN ACTOR ACTIVO, CONSCIENTE Y CRÍTICO PARA LA
COMPRENSIÓN DE LOS ESPACIOS QUE FRECUENTA Y HABITA*

João Manoel de Vasconcelos Filho ⁽¹⁾

⁽¹⁾ *Professor Adjunto do Departamento de Geografia/CERES/CAICÓ, Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN*

E-mail: vasconfilho@gmail.com

Resumo

O trabalho objetiva discutir e refletir sobre o papel, a relevância e as contribuições da geografia de uma maneira geral, e da geografia crítica de forma particular para a construção do ser social, mais ativo, participativo e consciente de sua história e do cotidiano vivido nos diferentes espaços que mora e frequenta. Para este feito, trouxemos à baila algumas breves discussões acerca das mudanças de caráter teórico metodológico que ocorreram na geografia, evidenciando na contemporaneidade a necessidade de discutir temas e problemas que façam parte do quadro da história de vida da sociedade, principalmente para os grupos em estado de vulnerabilidade social. Nesse sentido, a leitura do espaço e da cidade, se torna condição ímpar para entendermos a teia de relações construídas e impostas para esses grupos, por parte do Estado, do mercado e de suas representações institucionais. Em um momento posterior, buscamos compreender as relações sociais construídas pelos indivíduos nos espaços da moradia, da escola e da cidade. Assim, colocamos em pauta e demos visibilidade, as limitações e até mesmo o impedimento para a construção do processo ensino aprendizagem de crianças e adolescentes, veiculados por uma forma perversa e desigual da situação de pobreza vivida por esses indivíduos, mostrando suas consequências na escola.

Palavras-chave

Geografia Crítica, Escola, Cidade

Abstract

The paper aims to discuss and reflect on the role, relevance and contributions of geography in general, and critical geography in particular for the construction of social beings, more active, participatory and aware of their history and daily lives in the different spaces they live and frequent. To this end, we bring up some brief discussions about the theoretical and methodological changes that have occurred in geography, highlighting the contemporary need to discuss issues and problems that are part of the life history of society, especially for groups in a state of social vulnerability. In this sense, the reading of the space and the city becomes a unique condition to understand the web of relationships built and imposed for these groups, by the State, the market and their institutional representations. At a later stage, we seek to understand the social relations built by individuals in the spaces of housing, school and city. Thus, we put on the agenda and gave visibility to the limitations and even the impediment to the construction of the teaching-learning process of children and adolescents, conveyed by a perverse and unequal form of poverty experienced by these individuals, showing its consequences at school.

Keywords:

Critical Geography, School, City.

Resumen

Este trabajo pretende discutir y reflexionar sobre el papel, la relevancia y las contribuciones de la geografía en general, y de la geografía crítica en particular a la construcción de seres sociales, más activos, participativos y conscientes de su historia y de su vida cotidiana en los diferentes espacios que habitan y frecuentan. Para ello, trajimos a colación algunas breves discusiones sobre los cambios teóricos y metodológicos ocurridos en la geografía, destacando la necesidad contemporánea de discutir temas y problemas que forman parte de la historia de vida de la sociedad, especialmente para los grupos en estado de vulnerabilidad social. En este sentido, la lectura del espacio y de la ciudad se convierte en una condición única para comprender la red de relaciones construidas e impuestas para estos grupos, por el Estado, el mercado y sus representaciones institucionales. En un momento posterior, buscamos comprender las relaciones sociales que construyen los individuos en los espacios de la vivienda, la escuela y la ciudad. Así, pusimos a la orden del día y dimos visibilidad, a las limitaciones e incluso al impedimento de la construcción del proceso de enseñanza-aprendizaje de los niños y adolescentes, transmitido por una forma perversa y desigual de la pobreza vivida por estos individuos, mostrando sus consecuencias en la escuela.

Palabras clave:

Geografía Crítica, Escuela, Ciudad.

Introdução

O trabalho objetiva discutir e refletir sobre o papel, a relevância e as contribuições da geografia de uma maneira geral, e da geografia crítica de forma particular para a construção do ser social, mais ativo, participativo e consciente de sua história e do cotidiano vivido nos diferentes espaços que mora e frequenta.

Acreditamos ser pertinente buscar compreender a importância e o papel exercidos pela Geografia Crítica, tomando como ponto de partida os caminhos seguidos pela Geografia brasileira, desde sua institucionalização neste país. De antemão, a escolha metodológica pelo percurso espaço-temporal, não segue a obediência teleológica, pois entendemos que esta é insuficiente para fundamentar a reflexão que pretendemos fazer acerca da temática em pauta. A opção teórica metodológica é tomada por uma vertente de pluralidade científica permeada pela fundamentação do materialismo histórico-dialético do qual a Geografia Crítica se sustenta.

A busca deste conhecimento está pautada em fundamentos teórico-metodológicos de autores que versam sobre essas distintas temáticas. A exemplo de Cavalcanti (2008), Santos (1999), Moreira (2009), Gomes (2019), Andrade (1991) e Corrêa (2010), usados preferencialmente na primeira seção. Já na seção II, buscamos respaldo teórico metodológico em Harvey (1998), Santos (1999), Soja (1993), Lefebvre (1991) e Vasconcelos Filho (2003). Por fim, as reflexões que trazem à tona a compreensão das interações e conexões entre o espaço da moradia e o indivíduo, bem como deste com a escola e a cidade, estão sustentadas em Bachelar (1989), Cavalcanti (2008) e Kohara (2009).

Na seção I, trouxemos à baila algumas breves discussões acerca das mudanças de caráter teórico metodológico que ocorreram na geografia, evidenciando na contemporaneidade a necessidade de discutir temas e problemas que façam parte do quadro da história de vida da sociedade, principalmente para os grupos em estado de vulnerabilidade social. Nesse sentido, a leitura do espaço e da cidade, se torna condição ímpar para entendermos a teia de relações construídas e impostas para esses grupos, por parte do Estado, do mercado e de suas representações institucionais.

Em um momento posterior, buscamos compreender as relações sociais construídas pelos indivíduos nos espaços da moradia, da escola e da cidade. Assim, colocamos em pauta e demos visibilidade, as limitações e até mesmo o impedimento para a construção do processo ensino aprendizagem de crianças e adolescentes, veiculados por uma forma perversa e desigual da situação de pobreza vivida por esses indivíduos, mostrando suas consequências na escola. Estes,

por sua vez, são constantemente submetidos a lógica da exclusão social que tem rebatimentos e se materializam no ambiente escolar e na vida desses seres sociais. Trouxemos para este feito, as experiências de professores(as) e todo o corpo pedagógico que lidam diariamente com problemas gerados por essa castração intelectual dos mais pobres da cidade.

A geografia crítica: participação e relevância na formação do cidadão

Acreditamos ser pertinente buscar compreender a importância e o papel exercidos pela Geografia Crítica, tomando como ponto de partida os caminhos seguidos pela Geografia brasileira, desde sua institucionalização neste país. De antemão, a escolha metodológica pelo percurso espaço-temporal, não segue a obediência teleológica, pois entendemos que esta é insuficiente para fundamentar a reflexão que pretendemos fazer acerca da temática em pauta. A opção teórica metodológica é tomada por uma vertente de pluralidade científica permeada pela fundamentação do materialismo histórico-dialético do qual a Geografia Crítica se sustenta. A busca deste conhecimento está pautada em fundamentos teórico-metodológicos de autores que versam sobre essas distintas temáticas. A exemplo de Cavalcanti (2008), Santos (1999), Moreira (2009), Gomes (2019), Andrade (1991) e Corrêa (2010), dentre outros.

Iniciamos com algumas considerações e reflexões acerca do papel que a Geografia, enquanto ciência, exerce na construção da cidadania. Sabemos que a ciência geográfica passou por diferentes momentos históricos, sendo estes marcados por profundas mudanças que ocorriam na sociedade, na política, na economia e na cultura. Desde sua gênese, a Geografia constrói seus fundamentos científicos permeados por dois caminhos que se bifurcam. Por um lado, a natureza e por outro a sociedade.

As duas vertentes geográficas provocam discussões acaloradas, até o momento contemporâneo. Não obstante, é preciso pensar que toda geografia construída, desde seus primórdios, até o momento contemporâneo, cumpre um papel de responder aos questionamentos postos e apresentados pela sociedade e suas representações. Dito isto, estamos afirmando que a geografia atende em última instância os desejos e necessidades da sociedade, ou seja, é para esta que produzimos conhecimentos fundamentados na ciência geográfica, independente dos posicionamentos exercidos pelos geógrafos ou professores de Geografia

Corrêa (2010), explica que o lastro teórico metodológico construído pela Geografia brasileira, é marcado espaço temporalmente por fluxos em que se percebe permanências e rupturas, cada qual acompanhadas de necessidades individuais e/ou coletivas de pensadores e

instituições. E nesta dimensão constatamos relações assimétricas que se impõem sobre o espaço nacional com reflexos nos espaços regionais e locais de cada parte do Brasil.

Os espaços da gênese da Geografia brasileira estão localizados no sudeste do país, e estão representados por São Paulo – USP e pela Associação dos Geógrafos Brasileiros – AGB, ambas criadas em 1934, e no Rio de Janeiro, a então Universidade do Distrito Federal, atual UFRJ, em 1936. Completando este momento nós temos a fundação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, em 1939. Todas elas tiveram a participação de geógrafos franceses, a exemplo de Francis Ruellan, Pierre Deffontaines e Pierre Monbeig, conforme apontam Andrade (1991) e Corrêa (2010), afirmando que a geografia brasileira surgiu marcada e caracterizada eminentemente por um viés Vidaliano, ou seja, permeada pelo regionalismo/ambientalismo de Paul Vidal de la Blache.

A localização do nascimento da geografia brasileira na região sudestina do país, não ocorre por acaso, pois é lá também que se forja as bases para a formação da região concentrada, desde o final do século XIX e início do século XX. Estes espaços representam o poder econômico – São Paulo e o poder político – Rio de Janeiro. Este último, enquanto representação política, vigorou até antes da construção de Brasília, no início da década de 1960. Por sua vez, São Paulo e Rio de Janeiro passam a ser considerados espaços metropolitanos, na década de 1970.

O movimento que culminou com a emergência da geografia crítica dá seus primeiros sinais a partir da década de 1950, quando já se observava o esmaecimento da geografia tradicional, e a impossibilidade desta de responder aos questionamentos que se apresentavam pela sociedade e pela revolução técnica/científica que o mundo assistia. Outras mudanças, também foram registradas no campo econômico, caracterizadas pela passagem do (capitalismo concorrencial -capitalismo monopolista). Tudo isto colaborou para uma nova roupagem da geografia e uma renovação do debate no campo metodológico e teórico.

Trazendo esta discussão de forma mais particularizada para o Estado brasileiro, cumpre mencionar que a geografia brasileira, a partir da década de 1970, tendo como marco o emblemático encontro de geógrafos, ocorrido em 1978, onde os autores que trabalham com a história do pensamento geográfico afirmam, ser este momento crucial para entendermos os novos papéis, uma nova forma de pensar e entender o espaço e o homem em seu contexto social e histórico. Neste período, Santos lança em 1978 o livro: por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica. Onde novas percepções sobre o espaço geográfico são lançadas no sentido de dar visibilidade a capacidade da geografia de questionar o *status quo* vigente.

DOSSIÊ: “Por uma Geografia Escolar Crítica”

Pensamos que esta época foi a mais representativa no sentido de percebermos que a geografia passa a assimilar e abrigar de forma mais densa e coerente uma preocupação com a sociedade, ao tempo, que traz à tona, sérias críticas ao modo de produção capitalista, questionando a forma de agir dentro do espaço nacional e fora dele também. Esta virada do pensamento geográfico na década de 1970, é um momento em que emerge a necessidade de pensarmos criticamente o modelo capitalista de sociedade e de Estado que se impõe no e ao Brasil.

Não havia condições, diante do cenário de mudanças, nos campos já mencionados, em continuarmos com uma geografia tradicional/clássica, indiferente aos problemas sociais, econômicos, políticos e culturais que se avolumavam e continuam a crescer cotidianamente no território nacional. Era e é uma condição de sobrevivência e de permanência da ciência cumprir este novo papel de dar respostas coerentes e plausíveis para uma gama de questionamentos e de um corolário de problemas que passaram a ser registrados em diferentes regiões, estados e cidades deste país.

Não cabia mais termos uma geografia inerte a um quadro de deterioração social e econômica, concretizados, por exemplo, em nossas cidades, logo após um longo período de apropriação/negação dos direitos civis, instituídos por uma perversa forma de governar, representada e marcada por um caráter neoliberal e que no momento contemporâneo assumiu a configuração ultra neoliberal.

Mas isto não começa agora, a ditadura militar deixara uma cicatriz profunda no seio da sociedade brasileira. Era preciso então apresentar caminhos para a superação da crise. Estas possibilidades de superação requisitavam teorias e métodos alicerçados e legitimados por um caráter científico, que a um tempo desse visibilidade e questionasse a realidade social pauperizada vivida por milhões de brasileiros.

Nesse sentido, a geografia apresentou-se mais que uma necessidade, ela se tornou uma condição para pensarmos na construção de um modelo mais justo de desenvolvimento da nação. Mas para contribuir com a sociedade brasileira, ela mesma – a geografia, tinha que superar seus problemas internos, daí que o surgimento desta geografia comungada com os anseios da sociedade, era mais que urgente. Sua proposta caminha para a desalienação do espaço e da sociedade e dar luz a uma plena e necessária construção cidadã.

A necessidade de se construir uma sociedade e nela indivíduos que se perceba, que se entenda no que diz respeito a está inserido numa dada classe social, entendendo os porquês da contradição dialética pobreza/riqueza e nos caminhos necessários a esta superação, perpassa pelo entendimento dos seus direitos e deveres, alicerçados na construção sociopolítica crítica

de cada ator social. Não se constrói cidadania sem ter a percepção da garantia dos direitos aos atores sociais, a exemplo do direito a educação pública e gratuita e direito à moradia, em um ambiente adequado as necessidades destes indivíduos.

Há uma clara necessidade de afirmar que direitos não são negociáveis, eles são o que a palavra etimologicamente os define. Portanto, não se deve associá-los a lógica capitalista que o transforma em um bem, e sendo assim, gerador de lucro. Assim, a educação tem sido tratada como um bem, e não como um direito, assim também a moradia, que é um direito à vida, e não um bem forjado na filosofia capitalista.

Para dar visibilidade e fundamento a esta maneira de pensar era e é preciso desconstruir as verdades postas e impostas, e para isto, se fazia necessário um pensamento crítico que pudesse apresentar uma visão de espaço, sem nebulosidades. Neste interim, a geografia passa também a perceber a necessidade de compreender o Estado, suas variantes e extensões.

Pois construir um pensamento crítico e consciente requer também fundamentos científicos e filosóficos que deem respaldo para a transformação social que já se tornava urgente dentro do território nacional. Foi aí que a geografia com a perspectiva e a proposta da geografia crítica se fez presente como um dos caminhos de atenuação e superação das diversas crises historicamente construídas e determinadas no Brasil.

Esta forma de fazer geografia fez com que esta ciência capacitasse os indivíduos para que os mesmos pudessem externar suas inquietações e insatisfações com o modelo de Estado, de governança e das políticas econômicas que se instalavam no país, apontando para a possibilidade da formação de uma consciência cidadã. De certa forma, isto surtiu efeito, ainda que não alcançou a magnitude desejada e necessária aos reclames sociais. Nesta perspectiva a escola passou a ser o *locus* por excelência de aprendizagem, de construção de saberes que viessem a contribuir com a construção de atores mais sensíveis a causas sociais.

Como desdobramento deste imperativo, percebeu-se a necessidade de mudar os conteúdos dos livros didáticos de geografia, no sentido de inserir temas que versassem sobre a problemática social. Ainda que isto tenha ocorrido muito tempo depois, é também reflexo desta nova forma de construção do conhecimento geográfico. Saímos de uma geografia mnemônica para uma geografia que despertava reflexões e questionamentos sobre as diferentes formas de produzir, usar e morar na cidade e também no campo.

Todas estas mudanças estão permeadas pelo uso e entendimento do método dialético, que se abre para questionamentos e nos ensina sair da situação de conformismo e aceitação daquilo que nos apresenta enquanto verdade absoluta. Aprendemos que as verdades absolutas são dogmas, travestidos de uma condição de submissão e de controle de um indivíduo sobre

outro, de um grupo social sobre outro e de uma nação sobre outra. E nesta trajetória, passamos a compreender dialeticamente o espaço, a cidade, o território, o lugar, a paisagem a região.

Por seu turno, a escola passou a ser também o espaço de discussões, reflexões e questionamentos sobre a participação/inserção dos grupos em estágio de vulnerabilidade social nos debates que versam sobre a produção e organização da cidade e da moradia, e como estes espaços importam para a formação desses atores, uma vez que estes, são espaços de vivências cotidianas.

Procuramos ler o espaço pelas lentes de uma geografia que segue um método que nos faz rever nossa própria história, assim como nossas vidas cotidianas. Daí era e é necessário procurarmos entender as contradições sociais no espaço. Mas ao lado disto buscamos refletir e compreender como tais contradições surgem, como elas são forjadas e o porquê de sua existência e permanência. Isto se traduz em uma outra prática que surge na geografia, saímos do conhecimento amplo, generalista e enciclopédico, para nos determos a um aprofundamento, uma verticalização da produção do conhecimento científico.

Pois esta nova forma de construir o conhecimento geográfico se traduziu como mais seguro e mais coerente na perspectiva de entendermos a problemática social, e ao lado desta, a política e a economia. Mais uma vez, o espaço escolar se tornou uma referência para construção de saberes mais comprometidos com a sociedade e menos com o mercado. Este espaço também se transformou em um ambiente de resistência a todas as formas de maquinações sinistras, criadas por formas de governos e de representações sociais que trabalham insistentemente para manter este quadro deteriorado da vida social.

Para tanto, diria que a Geografia Crítica não é apenas uma escolha, mas antes de tudo uma necessidade, principalmente considerando uma nação em franco processo de deterioração de suas instituições e representações sociais, constatados na contemporaneidade. Hoje, mais do que em tempos pretéritos, comungar dos princípios dessa Geografia é condição *si ne qua non*, para construirmos outro modelo de pensarmos a Escola, a moradia, a cidade, o Estado, a Sociedade e o mercado. Este último, se impõe com tamanha força destruidora, em nome do lucro. Este que transformou a casa, em um produto e mercadoria caros. Este que provocou a mutação do sentido e do significado da cidade, de obra para produto do capital, como afirma Lefebvre (1991).

Mas em contrapartida, em tempos de desprezo e negação à ciência, a Escola é a instituição que mais sofre ataques, e por que não dizer a que foi mais vilipendiada, vandalizada, extirpada em suas funções. A Escola enquanto instituição social, passou a ser vista como vilã e não como aliada da sociedade. E para aumentar ainda mais esta contradição, o governo e o

Estado brasileiro se voltaram contra a instituição escolar em suas diferentes escalas. Aumentando o problema, se constata uma verdadeira “caça às bruxas” as áreas do conhecimento que possuem um corpo teórico conceitual voltado para o social, ou seja, as ciências humanas, regra geral, e de forma particular, a geografia são duramente atacadas.

Na reforma realizada pelo Conselho nacional de educação entre 2017-2018, o próprio Estado brasileiro faz papel de vassalo das organizações privadas da educação que vê acima de tudo a educação como uma mercadoria e não um direito básico a vida em sociedade. Esse mesmo Estado que se projeta numa perspectiva e num discurso de mínimo, ganha força e plenitude no momento que atende os anseios do mercado, daí ele age com toda as potencialidades que lhe são inerentes e cria a Lei 13.415/2017.

Com uma análise lúcida e coerente das entranhas da Lei 13.415/2017, Farias (2020), faz um traçado contextualizado com o momento pós-impeachment de 2016, que permitiu a tomada a força e possibilitou a ascensão ao poder do grupo que rapinou o país.

O referido texto (BRASIL, Lei 13.415, 2017) trouxe: mudanças na carga horária destinada à formação dos nossos jovens, que deverá passar das atuais 800 horas anuais (4 horas e trinta minutos diários em média) para 1.000 horas (5 horas diárias), para, progressivamente, ainda ser ampliada para 1.400 horas (7 horas diárias), o que configurará um sistema de educação integral, que deve ser estabelecido no decorrer de cinco anos; na estrutura curricular, definindo que apenas Matemática e Língua Portuguesa serão disciplinas obrigatórias nos três anos desse nível da Educação Básica (Artigo 35-A, parágrafos 30 e 40); impactos negativos na formação de alunos e prejuízos na dos professores, ao prever a aceitação de profissionais de “notório saber” no exercício do magistério de temas ou conteúdos que não são da sua formação.(FARIAS, 2020, p. 4)

Ao que parece, na esteira do golpe instituído e propagandeado pela mídia, pelo congresso nacional e apoiado pelo judiciário e pelo mercado, criou-se através da Lei 13415/2017, a “lei do golpe na educação brasileira”, alardeada como aquela que trará um novo ensino médio, recheado de melhorias para os estudantes. Na verdade, um engodo onde os “ratos” se aproveitaram para corroer aquilo que ainda existia de qualidade na educação brasileira, notadamente na esfera pública. Pois no momento que a esta Lei circunscreve a não obrigatoriedade no currículo de ciências como a Geografia, História e Sociologia, exclui a possibilidade de se formar o cidadão ao lado do profissional.

Os prejuízos apontados por Farias (2020) e Frigotto (2016), são imensos no campo da construção de um ser social participativo, crítico e ativo de sua própria história, do seu próprio cotidiano e por assim dizer do espaço que o mesmo mora, vive e se relaciona com os demais. A realidade mostra que se cria toda uma geração de indivíduos, desprovidos da capacidade de

questionar sua construção social, uma vez que os conteúdos específicos dos componentes curriculares como Geografia, História, Sociologia e Filosofia, deixam de existir no novo ensino médio, pois que perderam a obrigatoriedade, como já apontado.

Na contemporaneidade do Estado brasileiro, as ciências humanas são alcunhadas de ser criadoras de ideologias que afrontam a segurança nacional, pois é, temos que conviver com esta aberração de um pensar completamente desprovido de legitimidade científica ou filosófica. Diante do quadro de deterioração do Estado brasileiro, de suas instituições, das representações sociais e dos programas que dão um certo alento aos mais vulneráveis, assistimos um certo esmaecimento de se fazer uma Geografia Crítica e de se construir uma crítica ao esmaecimento acadêmico, escolar e do conhecimento geográfico com esta perspectiva crítica.

Hoje há evidências cada vez maiores, mais nítidas de uma produção acadêmica geográfica utilitarista, pragmática. Esta modalidade é sedenta em dar respostas ao mercado e ao modelo de Estado, a um tempo. É uma geografia de caráter produtivista, numa espécie de fordismo acadêmico, menos científico, menos social, menos filosófico. Muito mais mercadológico, estatal-privatista, submisso e de uma forte tendência a subalternidade aos grupos corporativos internacionais. É uma Geografia de caráter simplista, amedrontada, por fantasmas do passado, do presente e do que está por vir. Ávida por obedecer e cumprir com eficácia os designios de um modelo de mercado, que não se furta em atentar contra a vida das pessoas, mas também atenta e destrói o patrimônio natural, histórico e cultural.

As demandas do mercado e do Estado, ao que parecem, seguem uma lógica de negligência e desprezo as demandas sociais. Esta discussão tem se tornado, nas vozes de alguns que estão na geografia, enfadonho. Pois que, se perguntam “para que trabalhar com este tema de pobreza urbana”, por exemplo, se isto já se tornou “batido”, repetitivo? Estes não se percebem que há uma grande contradição no momento em que compreendemos que não se cansa e não se torna enfadonho ou repetitivo trabalhar numa perspectiva conformista e alienante do espaço geográfico que se constrói a cada dia, legitimando uma paisagem que se mostra moribunda em nossas cidades.

Este fazer geográfico, cooptado por forças do mercado, está fundamentado, legitimado e enraizado na premissa da supremacia do fazer sobre o pensar. Além desta premissa mercadológica, como dito, o Estado brasileiro mudou o sistema de ensino e estabeleceu como praticamente desnecessário a presença das ciências humanas nos currículos escolares. Desde 2018 que componentes curriculares a exemplo da História, Geografia e Sociologia não são mais obrigatórios. Em outras palavras, áreas que contribuem para a formação cidadã, não tem mais sentido nesta forma de governo e de Estado de caráter ultra neoliberal.

Este modelo de ensino desprovido do pensar, do questionar, que contribui para a formação de um ator crítico e participativo, se tornou um entrave aos interesses do mercado. Um modelo de ensino eficaz para o mercado é aquele em que a obediência é sinônimo de eficiência, sempre seguindo a lógica da mercadoria e do lucro.

Como a escola e a geografia podem resistir a tudo isto? Como a geografia pode contribuir para esta nova agenda destruidora dos direitos civis? E como a escola tem dado respostas ou não a este novo momento? Qual estratégia tem sido criada para que os conteúdos do livro didático não sejam direcionados por uma ideologia nazifacista?, como estamos a observar. Esta e outras questões não são fáceis de responder, mas são mais que urgentes de ser pensadas em suas diversas matizes.

As interações/conexões entre a moradia e a escola e suas contribuições para a formação de atores sociais críticos

Esta secção objetiva entender as possíveis conexões entre os espaços de vivências do aluno, neste caso a moradia e a escola, e como estas relações estabelecidas nesses ambientes podem criar os fundamentos para a construção da cidadania no momento em que os atores envolvidos passam a compreender melhor quais são as lógicas para a formação dos espaços que eles moram e transitam.

Assim buscamos compreender como os atores sociais se relacionam com cada um desses espaços e o que estes representam para suas vidas. Também procuramos compreender como os atores sociais percebem as interações que unem a escola, a moradia e a cidade, principalmente no que diz respeito ao bairro, em que estes atores moram e vivem. No caso em tela, pensamos compreender estas relações a partir dos espaços de vivência e cotidiano do aluno que se insere nos grupos sociais mais vulneráveis da cidade, procurando entender como eles apreendem os espaços representados pela moradia e também pela escola.

A reflexão ao qual nos propomos realizar está inicialmente fundamentada na busca pela compreensão do espaço de moradia do aluno, pois que a casa, regra geral, representa um ambiente onde se forja os primeiros traços do caráter humano. É evidente que a base da formação familiar, e entendendo a família como uma instituição, fundamenta a construção do caráter humano. A moradia, entretanto, representa este espaço onde ocorre essa construção.

Como se trata de discutir uma categoria cara a Geografia – o espaço, far-se-á uma breve discussão numa seara de sua relevância para a construção e reprodução da sociedade ao longo do tempo. A fundamentação para este feito vem de Harvey (1998), Santos (1999), Soja (1993), Lefebvre (1991) e Vasconcelos Filho (2003). Já as reflexões que trazem à tona a compreensão

das interações e conexões entre o espaço da moradia e o indivíduo, bem como deste com a escola e a cidade, estão sustentadas em Bachelar (1989), Cavalcanti (2008) e Kohara (2009).

Para Harvey (1998), as ideias diferenciadas de tempo e espaço que os indivíduos são submetidos, relacionam-se fundamentalmente ao modo de produção vivido, bem como à sociedade ou ao grupo social em que estão inseridos. Para este autor, o espaço e o tempo se constituem como categorias fundamentais para a existência humana, posto que, a maneira como tratamos o espaço e o tempo na teoria é tão relevante pois influência nas concepções, interpretações e atitudes que construímos em relação ao mundo.

Soja (1993), mostra a importância do espaço para vida social no momento em que critica o historicismo exacerbado que negligenciou o espaço e deu prioridade ao tempo, como se este último bastasse para compreendermos com mais lucidez a sociedade contemporânea. Entretanto, este autor esclarece que não se pretende substituir o tempo pelo espaço, e sim compreender a sociedade numa perspectiva mais profícua e aglutinada de espaço-tempo para isto ele entende que: “A desconstrução espacial, por conseguinte, também deve ser suficientemente flexível para aparar os golpes reacionários do historicismo e evitar a defesa simplista da anti-história, ou pior ainda, de um espacialismo novo e obscurecedor [...]” (SOJA, 1993, apud VASCONCELOS FILHO, 2003, p.20)

Em Santos (1999), encontramos uma ideia de espaço que lembra aos indivíduos que esta categoria é construída num ambiente de coletividade e como tal deve trazer em sua essência esta prática coletiva, no momento que associamos a cidade, como um bem de uso coletivo. A percepção de Santos (1999), fala ainda de solidariedade, interconexão, contradições e fluidez. Estes parâmetros se fossem concretizados para o bem comum, o espaço não seria pensado e apropriado numa lógica de classe social, como foi e continua a ser na contemporaneidade. Daí este autor pensa o espaço como “um conjunto indissociável, solidário e contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como um quadro único no qual a história se dá (SANTOS, 1999, p.51)

Ao falar da cidade como uma construção humana Lefebvre (1991) chama a atenção para a necessidade da formação de um novo homem, de um novo indivíduo que tem a capacidade de participar ativamente da construção de sua própria história e de questionar o *status quo* ao qual foi submetido. Este novo homem, considerado por Lefebvre (1991), é um sujeito ativo, pensante e conhecedor de sua própria realidade. É este que compõe a classe operária, é este também que não se cala e que percebe que o sujeito e o objeto da reflexão social devem estar sempre presentes.

Para este intento, Vasconcelos Filho (2013) lembra que nessa conjunção de reflexão sob a ação, as ideologias e seus comandos, torna-se imperativo a evidência do sujeito. É este quem vai atribuir vida a dinâmica dos grupos sociais e de suas lutas que transformam ou almejam transformar o espaço e o tempo da vida social e, por conseguinte, da cidade como um todo. É por este viés que surgem os direitos, ou seja, pelas lutas, pelas conquistas. Habitou-se o indivíduo a assistir essas práticas sociais. Desde as reivindicações trabalhistas, por melhores condições no espaço laboral, as questões salariais, ou outros reclames que almejam na cidade e na vida cotidiana, a conquista sempre veio pela luta, pela insatisfação, pelo questionamento, pelo inconformismo coletivo.

Em outra vertente, mas não menos importante, pois se trata de refletir sobre a importância do ambiente da moradia para o ser social, Gaston Bachelard (1989) em “a poética do espaço”, nos recorda que a casa é o ambiente onde se forja os primeiros degraus de nossas memórias. De antemão, quero deixar claro que estou recorrendo a Bachelard (1989), não por uma visão romântica ou mesmo recheada de devaneios, mas sim para fundamentar que a casa é este espaço da gênese de nossas memórias, onde construímos também aquilo que seremos ou o que almejamos ser. Tais memórias, regra geral, são preconizadas por relações e situações harmônicas ou não. Dessa forma a casa pode ser sinônimo de abrigo, proteção e aconchego ou apenas um espaço para moradia.

Bachelard (1989), preocupa-se em demonstrar a importância da casa para a vida do ser social, ele mostra o sentido original da moradia, seu papel, suas funções, suas atribuições, suas representatividades para o indivíduo. As mutações no sentido da existência e do uso, as transformações que a corrompem são efetivadas pelo homem, pelo mercado, pelo Estado, mas ela em si, não é mercadoria, e sim um espaço que dá possibilidade a uma existência humana com mais dignidade, era e é para isto que ela existe. A casa é também o espaço de formação do caráter do indivíduo, é a representatividade do abrigo, do ambiente que protege, ao menos no sentido e na concepção original da moradia.

A casa, na vida do homem, afasta contingências, multiplica seus conselhos de continuidade. Sem ela, o homem seria um ser disperso. Ela mantém o homem através das tempestades do céu e das tempestades da vida. Ela é corpo e alma. [...] A vida começa bem; começa fechada, protegida, agasalhada no seio da casa. (BACHELARD, 1989, p.18)

Mas na casa encontramos também presente as contradições da vida, conforme esclarece o autor em reflexão. “É preciso dizer então como habitamos nosso espaço vital de acordo com todas as dialéticas da vida, como nos enraizámos, dia a dia, num "canto do mundo". Pois a casa

é nosso canto do mundo. Ela é, como se diz frequentemente, nosso primeiro universo”. (BACHELARD, 1989, p.17)

A casa não é um espaço apenas relacionado a importância na participação da construção do ser social, ela é acima de tudo necessário a esta construção, mas também necessário a existência no sentido biológico do termo. O indivíduo em toda a sua trajetória através do espaço e do tempo, sempre necessitou de um abrigo para se proteger, para se sentir mais seguro, para de fato viver.

No momento contemporâneo esta condição dada à moradia, continua plena, embora seu acesso, ou os meios para adquiri-la tenha se modificado e tornado mais difícil a realização deste direito, o direito de morar e viver com dignidade para aqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade social. São os mais carentes, os mais pobres, os que se inserem a margem do circuito produtivo, ou os que estão inseridos de forma debilitada neste circuito, que este direito é negado.

Em uma outra vertente, trazemos a discussão sobre a relação entre o espaço da moradia e a vida escolar dos alunos pobres que vivem em espaços socialmente e ambientalmente vulneráveis. O espaço em que convivemos sempre exerceu influência no cotidiano das pessoas e nas crianças, esta relação ganha uma outra dimensão. Na reflexão de Lima (1989, p.14) apud Kohara (2009, p.102) “As casas, os caminhos, as cidades são espaços da criança que transcendem as suas dimensões físicas e se transformam nos entes e locais de alegria, de medo, de segurança, de curiosidade, de descoberta”

Esta afirmativa sobre a importância do espaço para a vida das crianças é encontrada em Kohara (2009), quando este autor compara o nível de percepção das crianças de acordo com os espaços de moradia. Esta pesquisa investigava a percepção que a criança tinha do seu próprio corpo através do espelho, para isto fez-se uma marca de batom na face das crianças com intuito de perceber se elas identificavam e reagiam a esta marca. A percepção desta mudança em seu corpo apresentou variações de acordo com os três espaços distintos pesquisados: cortiços, favelas e apartamentos. Das crianças moradoras de cortiços, apenas 18%, perceberam esta marca e reagiram a ela, nas favelas este percentual aumentou para 55% e nos apartamentos, o percentual de crianças que identificaram e reagiram a esta marca chega 88%. A partir desta informação, deduz-se que os espaços de moradia exercem influência sobre a possibilidade cognitiva do indivíduo.

Fazendo uma reflexão sobre as condições da moradia, o espaço desta moradia e suas repercussões para a vida escolar no sentido cognitivo de crianças e adolescentes, Kohara (2009), em pesquisa realizada com crianças pobres da cidade de São Paulo, aponta que 48% das

crianças entrevistadas sobre as condições de suas moradias, não apresentavam o endereço compatível com o registro das matrículas. Este problema está relacionado com a alta rotatividade nas moradias presentes no cotidiano destas crianças pobres. O estudo aponta que os motivos que forçam as mudanças do bairro ou comunidade, ou mesmo da moradia em si, dentro da mesma localidade, apresentam diferentes motivos, que vão desde a questão econômica, pela incapacidade de pagar o aluguel, até pelo envolvimento de crianças e adolescentes com o tráfico de drogas, somado ao medo que os pais têm dos filhos se envolver com este tipo de crime.

A rotatividade muito frequente no ambiente da moradia incide diretamente e repercute negativamente na capacidade cognitiva do aluno, ou seja, desarticula e desestabiliza seu processo de ensino-aprendizagem. A falta de vínculo e de pertencimento com o lugar de moradia, vem na esteira desse problema e acaba agravando a construção intelectual desses atores sociais, como podemos ver nos vários relatos construídos pelos professores, diretores e coordenadores pedagógicos de uma dada escola da área central da cidade de São Paulo, como podemos ver a seguir um desses relatos proferido por uma professora e registrado por Kohara (2009)

“... acho que as crianças aqui no centro são espertas; espertas que eu quero dizer não é na aprendizagem, não são crianças bobinhas, são crianças que se defendem. Se você fala uma coisa, elas falam duas, três; elas são assim, até de certa forma atrevidas e respondonas. Teriam condições de serem melhores alunas, caso fossem oferecidas a elas melhores condições de vida, mas no contexto em que vivem, não apresentam bom rendimento. O William, por exemplo, é aquele tipo de menino, que se colocar uma banquinha aqui para vender, vai saber fazer troco e ninguém vai fazê-lo de bobo, ninguém vai passar a perna nele. Só que ele tem dificuldade para aprender” 67 (Profª 2). (KOHARA, 2009, p.131)

O comportamento e a situação vivida pelas crianças demonstram que as mesmas desde cedo aprendem a lidar com as dificuldades da vida. Uma das professoras entrevistadas percebe que, “elas são espertas”, mas a esperteza está ligada a experiências de vida dessas crianças na rua, no gueto, nas comunidades. Muito precocemente aprendem com essas experiências a se tornar adultas sem ter idade para isto. Entretanto, no espaço escolar esta experiência de vida não se traduz em facilidade para seu crescimento e construção intelectual, pois sua capacidade cognitiva é limitada exatamente pela exclusão a que a mesma é submetida.

Reforçando a tese de que o espaço da moradia e da cidade interferem diretamente na construção do processo ensino-aprendizagem, Cavalcanti (2008) afirma que através do ensino, a geografia tem o papel e até mesmo o dever de construir a partir de seus ensinamentos um cidadão que aprenda a olhar e ler o espaço e a necessidade dele mesmo participar dessa

construção espacial como uma condição para uma vida cotidiana mais ativa e participativa, em outras palavras, seria construir a sua própria história. “A tarefa da escola é justamente propiciar elementos, por meio do ensino de diferentes conteúdos, especialmente os de geografia, para que os alunos possam fazer um elo” entre o cotidiano vivido em seu lugar e o cotidiano observado no mundo.

A autora fala da importância e da necessidade de aprender a ler o espaço pelas lentes da Geografia. A leitura do espaço e da cidade conduz para uma reflexão, segundo Cavalcanti (2008), no sentido de perceber que esta cidade pode vir a ser educadora. O reconhecimento por parte do aluno, de entender que ele é excluído e por que se encontra em estado de exclusão, faz parte do arcabouço intelectual que a geografia pode oferecer. A percepção de como historicamente o espaço vem sendo reproduzido segundo as contradições inerentes ao modo de produção capitalista e compreender como se dará a luta pela transformação social, de fato faz da cidade um grande laboratório de aprendizagem e experiências sociais. Para que isto se realize é fundamental o conhecimento oferecido pela geografia, principalmente pelo olhar da geografia crítica, pois esta nos ensina de antemão, ser uma ciência que se traduz numa prática social libertadora.

Não por acaso a autora escreve que “a geografia coloca para o habitante da cidade conhecimentos indispensáveis aos que querem agir sobre ela, com consciência de seus direitos e deveres.” (CAVALCANTI, 2008, p. 152) Seguindo nesta perspectiva, ela faz uma crítica aos currículos escolares que não incluem o estudo da cidade e de cidade. É preciso que desde o cedo a criança e o adolescente aprendam sobre os espaços que vivem, moram, estudam, se relacionam, brincam, passeiam e transitam. Aqui se incluem diversos espaços que estão presentes no cotidiano do ser social.

Considerações finais

Talvez ensinar geograficamente sobre cidade, torne futuramente, a possibilidade da construção de um ser mais consciente, mais crítico, mais participativo, mais observador de direitos e deveres fundamentais ao convívio humano. Talvez façam perceber o que é o Estado, suas instituições, seus tentáculos, ramificações, agentes e qual o seu papel e dever perante a sociedade. E assim um cidadão que entenda, questione, se revolte, se indigna com as injustiças sociais perceptíveis, mas não explicáveis de forma simplória no espaço urbano.

Possivelmente se construa um ser que compreenda a noção de espaço público e privado, vendo que a cidade não é uma mercadoria, ela não pertence a um ator, ou agente, ou mesmo

um grupo político ou econômico. Ela é antes de tudo um espaço coletivo, pertencente a uma coletividade. Um lugar que a solidariedade deve fazer morada e a individualidade, competitividade, nos moldes do capital monopolista deve ser banida, pois este criou a cidade com um aspecto doentio, torpe, tacanho, perverso, violento e seletivo, onde a condição do direito à terra e à moradia, está submetido a alma capitalista de poder pagar por elas.

Neste intento, a geografia e com ela a geografia crítica, vem cumprir relevante papel formador do cidadão, no momento em que ela arranca as máscaras que ocultam e ensombrecem a verdade, a realidade social de cada um e de todos, ao mesmo tempo. Não à toa, esta geografia que conscientiza, muito mais que quantifica, vem para desmanchar consensos, desconstruir verdades estabelecidas e que foram sedimentadas no consciente das pessoas mais pobres. Pois a pobreza em tempos contemporâneos é tratada não como um problema social, gerado pela sanha capitalista por lucros e pela própria estrutura fundante do modo de produção vigente, mas como uma condição inerente a natureza humana.

A pobreza urbana, por sua vez, foi naturalizada pela Escola de Chicago. Esta naturalização não acabou, ela é tratada agora com a nomenclatura de meritocracia. Há méritos, para aqueles que moram em áreas nobres. Na verdade, o mérito só funciona com igualdade de oportunidade, seja em qualquer situação ao qual o indivíduo é submetido. O *status quo* urbano, de moradia e escolar aos quais as pessoas mais pobres são submetidas, desfaz e desmascara a falácia do mérito. E nesta seara não podemos dissociar a qualidade do ensino, a construção intelectual, a inserção cognitiva, o processo ensino aprendizagem que se constata nas escolas públicas, deste país, essencialmente nas periferias urbanas, da situação de pobreza que o mercado e o Estado brasileiro impõem a este segmento social.

Não é por acaso, que vimos a aprovação em ritmo galopante da Lei 13.415/2017, por parte dos alagozes da educação e do povo mais pobre no Brasil. A rapinagem a qual este país foi e está sendo submetido é mais fácil ser executada quando o povo não consegue fazer uma leitura crítica e consciente da sua realidade social e do seu próprio país. Suprimir, eliminar as áreas do conhecimento que formam um cidadão, é um golpe que tem um alcance ainda mais profundo, diria ainda mais perverso, ele corta na raiz a possibilidade da construção de indivíduos mais conscientes e preconiza o surgimento de uma geração do “fazer”, sem pensar. Mas não apenas isto, uma geração destituída de direitos, uma vez, que as reformas impostas pelo Estado brasileiro, minou nas bases o que poderíamos chamar de o direito a ter direitos.

Portanto, fazer geografia, ou qualquer outra área das humanidades tornou-se uma espécie de ameaça a segurança nacional, pois essas foram acusadas de formadoras de ideologias que vão de encontro aos interesses da nação, daí se fez necessário tirá-las da obrigatoriedade

dos currículos no chamado novo ensino médio. Ao final, não estamos produzindo apenas uma geração de alienados de sua realidade social, mas uma legião de despossuídos, na mais ampla acepção da palavra, que se soma a um outro fato bastante contemporâneo, que ao nosso ver, está representada por uma espécie de auto destruição social, pela inversão de valores que percebemos, onde os mais pobres se voltam e atentam contra eles mesmos.

Referências

- ANDRADE, M. C. de. A AGB e o pensamento geográfico no Brasil. **Revista Terra Livre**, AGB, N. 09, p.143-152. Julho-Dezembro de 1991. São Paulo.
- BACHELARD, G. **A poética do espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- CAVALCANTI, L. S. **A geografia escolar e a cidade**: Ensaio sobre o ensino de geografia para a vida urbana cotidiana. Campinas – SP: Papirus, 2008.
- CORRÊA, R. L. A trajetória da Geografia brasileira: uma breve interpretação. **Revista Terra Livre**, V.1, N. 34. p. 63-68. Janeiro-Junho de 2010. São Paulo.
- FARIAS, P. S. C. A lei 13.415/2017 e o lugar da geografia escolar na estrutura curricular do ensino médio. **Revista ensino de Geografia**, V. 3, N. 2, 2020, Recife – PE.
- GOMES, P. C. C. **Geografia e Modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.
- HARVEY, David. **Condição Pós-moderna**. 5ª edição. Tradução: Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 1998.
- KOHARA, L.T. **Relação entre as condições da moradia e o desempenho escolar**: estudo com crianças residentes em cortiços. Tese de Doutorado, USP. São Paulo: 2009.
- LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: editora Moraes, 1991.
- MOREIRA, R. **O pensamento geográfico brasileiro V.1**: as matrizes clássicas originárias. São Paulo: contexto, 2009.
- _____. **O pensamento geográfico brasileiro V.2**: as matrizes da renovação. São Paulo: contexto, 2009.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1999.
- SOJA, Edward W. **Geografias pós-modernas**: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Tradução da 2ª edição inglesa: Vera Ribeiro.6. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.
- VASCONCELOS FILHO, J. M. de. **A produção e reprodução do espaço urbano no litoral norte de João Pessoa**: a atuação dos agentes imobiliários. Recife: Universidade Federal de Pernambuco. 2003 (Dissertação de Mestrado em Geografia).